

De Olho na Fonte - Jornalismo Investigativo na Política Brasileira

Autores

Flavia Guise Ramos

1. Introdução

Em 1720, a lei inglesa determinava que qualquer crítica ao governo era crime, “quanto maior a verdade, maior a difamação”, mas “dois jornalistas londrinos, escrevendo sob o pseudônimo de ‘Cato’, introduziram a idéia de que a verdade deveria ser uma defesa contra a difamação” (KOVACH & ROSENSTIEL, p. 37).

Percebe-se que o jornalismo sempre esteve ligado à investigação e a fiscalização pública. Mas foi depois da Segunda Guerra Mundial que o jornalismo investigativo foi reconhecido formalmente pela imprensa, quando se tornou uma categoria no prêmio "Pulitzer", em 1964, nos Estados Unidos, com as reportagens premiadas do jornal "Philadelphia Bulletin" que denunciavam a corrupção policial “davam assim, maior ênfase ao papel da imprensa como um setor ativo, reformista, denunciador”, conforme KOVACH & ROSENSTIEL (2004:169). Mesmo com a criação do prêmio, o jornalismo investigativo só foi ficar mundialmente famoso oito anos mais tarde com o caso "Watergate".

"Enquanto os Estados Unidos viviam a ressurreição do trabalho de investigação jornalística, que culminou com a renúncia do presidente Richard Nixon, a imprensa brasileira estava amordaçada pelo Regime Militar.

"No Brasil, esse movimento da imprensa foi intenso em 1992 quando a revista Veja publicou uma entrevista de Pedro Collor em que ele revelava a proximidade do irmão com Paulo César Farias e trazia à tona detalhes da vida particular do então presidente Fernando Collor. Um mês depois o repórter Mino Pedrosa da revista "IstoÉ" revela uma testemunha-chave, Eriberto França, o motorista da secretária de Collor, Ana Acioli, que coloca a CPI no rumo do "impeachment".

Para Leandro Fortes, autor do livro Jornalismo Investigativo, “foi na era Collor, no entanto, que os métodos de investigação tornaram-se organizados nas redações (...), pode-se dizer que o "impeachment" de Collor é o marco zero do jornalismo investigativo no Brasil”.

No curto período que antecedeu o "impeachment", segundo Mário Sérgio Conte, autor do livro Notícias do Planalto, “houve enormes manifestações populares e a maior intervenção na propriedade privada já vista no país (...) foram também anos em que a imprensa teve uma participação substantiva na vida política.” (CONTI, 1999 p.9)

Fernando Collor se fez conhecido para os eleitores através da imprensa, pelos mesmos órgãos que posteriormente vieram a denunciá-lo. Sua vida privada foi explorada em sua campanha política, o “caçador de marajás”, e depois foi vasculhada pela imprensa e pelas CPIs.

2. Objetivos

Nilson Lage (2001), em seu livro 'A reportagem', questiona o comportamento das fontes "Fontes podem mentir, mas é de se esperar que elas não mintam" (p. 54). É natural que as pessoas não saiam por aí contando para qualquer um tudo o que sabem, a menos que haja algum interesse. A importância da fonte para o jornalista, bem como a motivação para revelar as informações são muito bem explicadas por LAGE (2001:68/69), "Muitas notícias jamais seriam conhecidas, ou demorariam muito a ser, não fosse a iniciativa das fontes em divulgá-las por algum interesse próprio."

A relação com as fontes é imprescindível como comportamento ético do jornalista, especialmente quando se trata de informações que podem constranger os envolvidos, principalmente quando os personagens da notícia a ser publicada são pessoas em esfera pública. Nesse cenário deve haver também a discussão do aspecto de interesse público, versus invasão de privacidade.

A liberdade de expressão, ou de imprensa, é assegurada pela Constituição que o garante de toda e qualquer restrição de seu pleno exercício. Porém, se faz necessário o destaque de que o texto constitucional garante não só o discurso responsável, aquele praticado por veículos de comunicação sérios e comprometidos com a sociedade, mas também àqueles que o praticam de forma irresponsável.

3. Desenvolvimento

Para a realização desse trabalho foram analisadas duas edições da revista "Isto É", 1187 e 1189, e a edição de número 1235 de Veja. Foram ouvidos os jornalistas que fizeram duas reportagens de capa das revistas citadas acima, Luis Costa Pinto e Mino Pedrosa que contam como se relacionaram na prática com suas fontes e quais os interesses envolvidos. Leandro fortes, autor do livro "Jornalismo Investigativo" e Manuel Carlos Chaparro, professor do Curso de Jornalismo da USP criticam os interesses das empresas

jornalísticas e a sua relação estreita com o poder. Fernando Rodrigues, jornalista da Folha de S.Paulo e o presidente da Abraji (associação brasileira de jornalismo investigativo), Marcelo Beraba, discorrem sobre o jornalismo investigativo e a responsabilidade que a imprensa tem de revelar o que está escondido do grande público.

Na reportagem feita pelo jornalista Luis Costa Pinta, publicada pela revista "Veja", em 27 de maio de 1992, Pedro Collor de Mello, acusara o tesoureiro da campanha presidencial do irmão, o empresário Paulo César Farias, de articular um esquema de corrupção, de tráfico de influência, loteamento de cargos públicos e cobrança de propina dentro do governo. A partir daí, Fernando Collor de Mello, eleito em 1989, houve uma intensificação da investigação. O "ex-Caçador de Marajás", passou a ser investigado pela CPI (Comissão Processante de Inquérito), instalada no Congresso, em 26 de maio de 1992, que demandou uma busca frenética – tanto pela CPI, como pela imprensa, por provas que ligasse Collor à PC Farias.

Entretanto, as informações obtidas pelos membros da comissão que investigava o caso não comprovavam a ligação entre os dois investigados e o caso já era dado como perdido pela sociedade e pelos próprios membros, que desejavam arquivar o caso. Foi somente no dia 1º de julho do mesmo ano, que a revista IstoÉ publicou uma matéria assinada pelos repórteres Mino Pedrosa, Augusto Fonseca e João Santa Filho, que faria com a CPI retomasse os focos das investigações e mais tarde levasse Collor ao "Impeachment".

O que motivou essa retomada do processo de impedimento foi a descoberta, pelo repórter Mino Pedrosa, de uma fonte ligada à secretária do então presidente, Ana Acioli, que possibilitou provar o vínculo entre Fernando Collor de Mello e PC Farias: Francisco Eriberto França. O motorista, figura marcante na reportagem da revista "IstoÉ", foi convocado à depor na CPI, e ali confirmou todas as informações passadas aos jornalistas.

É visível que desde a forma como feita a descoberta do motorista que entregaria à CPI documentos irrefutáveis do envolvimento do presidente, assim como o cultivo desta fonte, produção e publicação da notícia, são elementos que permitem caracterizar o fato como de suma importância para o jornalismo investigativo brasileiro.

Segundo o jornalista e professor da UnB - Instituto de Educação Superior de Brasília e no Senac do Distrito Federal, Leandro Fortes, o jornalismo havia saído de uma época conturbada de privações, e por isso se mobilizou com o intuito de levar a sociedade o que ela deveria saber, cumprindo assim seu papel. "Uma das funções do jornalismo é fiscalizar o poder público e mostrar para a população, mostrar a verdade e mostrar isso na melhor forma possível para o leitor". Ele também afirma que "o marco zero do jornalismo investigativo no Brasil é esse período Collor". E explica que isto só foi possível porque todos os veículos de comunicação se organizaram e decidiram pela necessidade da investigação.

A reportagem produzida por Mino Pedrosa, comprovou a ligação entre os investigados e mostrou como várias contas correntes fantasmas eram usadas por PC Farias para fazer depósitos bancários em nome de Maria Gomes, que mais tarde se descobriria ser Ana Acioli, secretária particular do presidente. Segundo a matéria publicada na edição de 1º de julho, Ana dava o dinheiro para Eriberto pagar funcionários e outras despesas da Casa da Dinda, residência do presidente em Brasília, e do próprio presidente, como ele mesmo afirma: "Ele foi a peça chave. Começou com o Pedro numa entrevista, onde ele não tinha como comprovar nada, ele não tinha como comprovar nada, ele tinha o peso dele porque era irmão, então isso aí conta muito. A Veja chegou até a gravar, filmar a entrevista dele e correram atrás das provas e não encontraram. Agora, o depoimento do Eriberto, ele foi fundamental porque era acompanhado de provas documentais. O Eriberto contava a história do dia-a-dia dele, onde você podia voltar atrás rastreando e você pegava toda a

documentação, quebra de sigilo bancário, telefônico”

Para Luiz Costa Pinto, jornalista responsável pela entrevista com Pedro Collor, publicada pela Veja – motivo da intensificação das investigações -, aponta a entrevista com Eriberto como o ponto alto de todo o processo e afirma que sem ela tudo teria se perdido. “Acho que a entrevista com o Eriberto mudou o curso da história, porque estava caminhando para uma CPI, caminhava para uma encruzilhada, dali não podia avançar mais e só avançou porque houve o Eriberto. Foi um dos trabalhos do jornalismo mais perfeitos que eu já vi, e é uma das reportagens que eu tenho inveja de não ter feito”

Ele compara o trabalho investigativo da matéria publicada pela IstoÉ em relação à da "Veja" e diz que a diferença entre as duas entrevistas se faz pelos meios como as fontes foram localizadas: “Eu não encontrei o Pedro Collor. Ele estava disponível ali. A minha relação com o Pedro Collor foi uma relação construída ao longo de dois anos, até que ele deu aquela entrevista. Foi um posicionamento que eu tentei fazer para que quando ela fosse dada, fosse dada pra mim”.

Gustavo Krieger, Luiz Antônio Novaes e Tales Farias, autores do livro “Todos os Sócios do Presidente” (1992:167), contam que Mino Pedrosa mudaria todo o rumo das investigações ao ir à sede da Brasil Jet acompanhar uma blitz da Receita Federal. “Quando ele [Mino] chegou ao local não encontrou ninguém. Ao descer para o estacionamento, desanimado, foi abordado por um desconhecido que disse saber que ele era jornalista”. A pessoa citada pelos autores era Júnior, que prometeu entregar à Mino documentos que comprovariam a ligação de PC com Collor.

Após diversas tentativas, Mino Pedrosa conseguiu um encontro com a fonte, que entrega a ele documentos e um nome: Eriberto França. Novamente, o repórter, utilizando-se de métodos investigativos sai em busca daquele que viria a desencadear todo o processo da queda do presidente.

4. Resultados

O depoimento provocou uma guinada decisiva na investigação que acabaria levando à queda do presidente, no fim de setembro daquele ano.

O Brasil já vivia numa democracia na época, e foi muito bom para esclarecer a opinião pública. Mas quem tomou a decisão de fazer aquele movimento contra o governo, na época, foi a população, foram os líderes políticos, a mídia, enfim, trabalhou mostrando o que estava acontecendo” (Fernando Rodrigues)

5. Considerações Finais

O documentário “De olho na fonte – jornalismo investigativo na política” discute como se deu o processo de produção dessas matérias, os interesses envolvidos e a relação dos jornalistas com suas respectivas fontes. De forma atualizada elucida a importância social e a responsabilidade do Jornalismo Investigativo

Referências Bibliográficas

CONTI, Mario Sérgio. "Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor ". São Paulo:Cia das Letras,1999.

FORTES, Leandro."Jornalismo investigativo". São Paulo: Contexto, 2005.

GUERRA, Sidney Cesar S. "A liberdade de imprensa e o direito à imagem. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovação, 2004.

HOHLFELDT, A.; BARBOSA, M. (Org.). "Jornalismo no século XXI: a cidadania. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

KARAM, Francisco José. "Jornalismo, ética e liberdade". São Paulo:Summus, 1997

KRIEGER, Gustavo, NOVAES, Luiz Antonio, FARIA, Tales. "Todos os sócios do presidente". 3.ed.Scritta Editorial.1992.

LAGE, Nilson. "A Reportagem:Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística". Rio de Janeiro: Record, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro."Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos". São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MELO, Geraldo Lúcio de. Imprensa, poder, impressões éticas. In: PAIVA, Raquel (Org.) "Ética, cidadania e imprensa". Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

PENA, Felipe. "Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto, 2005.

SERVA, Leão. "Jornalismo e desinformação". 2.ed. revista e atualizada. São Paulo: Editora Senac, 2001.

SOUSA, Jorge Pedro."Teorias da notícia e do jornalismo".Chapécó: Argos, 2002.

TRAQUINA, Nelson. *Florianópolis: Insular, 2005*. . "A Tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional". Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. "Teorias do jornalismo